

SUMÁRIO

Prefácio por Vera Cecília Monteiro de Barros & Giovanni Ettore Nanni.....	21
---	----

PARTE VII PROCEDIMENTO E SENTENÇA ARBITRAL (CONTINUAÇÃO), 25

76. O Combinado Não Sai Caro: A Importância do Termo de Arbitragem e da Ordem Procedimental nº 1 para a Organização e Eficiência do Procedimento Arbitral, 27

Letícia Barbosa e Silva Abdalla

1. Algumas palavras sobre a homenageada e uma breve introdução ao tema	27
2. Regras Institucionais que tratam de instrumentos de organização do procedimento.....	28
3. O Termo de Arbitragem e a Ordem Procedimental nº 1 como instrumentos de eficiência do procedimento.....	31
4. A não aplicação do Código de Processo Civil à arbitragem	35
5. Conclusão	41

77. Voltar ao Básico: Procedimentos “Fast Track” na Arbitragem Internacional, 43

José R. Feris

Galina Zukova

1. A homenageada	43
2. Introdução	44
3. Árbitro de emergência	47
4. Arbitragem expedita	51
5. Análise antecipada de pedidos manifestamente improcedentes	57
6. Conclusão	64

78. Responsabilidade pelo Custeio da Arbitragem: Encargos Sucumbenciais à Luz da Lei Brasileira, 67

Luis Guilherme Aidar Bondioli

1. Considerações iniciais	67
2. Imperativo legal, princípio da causalidade e sua aplicação prática.....	69
3. Custas e despesas com a arbitragem: noções básicas	75
4. Despesas passíveis de custeio e sua dinâmica	78
5. Honorários advocatícios.....	82
6. Encerramento	86

79. Algumas Reflexões sobre a Sentença Arbitral, 89

Ana Carolina Weber

1. Introdução	89
2. O conceito de sentença arbitral.....	90
3. Espécies de sentenças arbitrais.....	92
4. Elementos da sentença arbitral	96
5. Conclusões.....	102

80. Notas a Respeito das Sentenças Arbitrais Parciais, 105

Pedro Guilhardi

1. Introdução	105
2. Compreensão e terminologia	106
3. Fundamentos	115
4. Conclusão	127

81. Invalidação de Sentença Arbitral – Natureza Desconstitutiva da Ação – Um novo Olhar ao Instituto, 129

Francisco José Cahali

1. Tributo à Professora Selma Ferreira Lemes	129
2. Invalidação da sentença arbitral – A natureza desconstitutiva da ação – Um novo olhar ao instituto.....	130
3. Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral.....	141

82. Efeitos da Declaração de Nulidade da Sentença Arbitral pela Autoridade Judiciária Brasileira, 147

Lidia Spitz

1. Introdução	147
2. A limitada função complementar do Judiciário antes, durante e após o procedimento arbitral	148
3. A nulidade da sentença arbitral pela autoridade judiciária	150
4. Efeitos da excepcional procedência da ação de declaração de nulidade da sentença arbitral: a determinação, se for o caso, de prolação de nova sentença pelo árbitro ou tribunal arbitral	153
5. Esmiuçando o art. 33, §2º, da Lei de Arbitragem.....	156
6. Algumas questões difíceis	162
7. Conclusão	165

PARTE VIII

ARBITRAGEM E DIREITO PÚBLICO, 167

83. A Importância da Lei de Arbitragem de 1996 para o Desenvolvimento da Arbitragem em Contratos Públicos no Brasil, 169

Ane Elisa Perez

Manuela Albertoni Tristão

1. Introdução	169
2. Origens da Lei de Arbitragem no Brasil e o Início do Diálogo atual entre o Direito Privado e o Direito Público	171
3. O Desenvolvimento da Arbitragem nos Contratos Públicos	172
3.1. O Início da Adoção da Arbitragem nos Contratos Públicos.....	172
3.2. Regime jurídico-administrativo aplicável ao procedimento arbitral	174
3.3. A Expansão do Uso da Arbitragem em Parcerias Público-Privadas e Concessões.....	176
3.4. O Futuro da Arbitragem em Contratos Públicos.....	177
4. Comparação Internacional: O Diferencial do Brasil	177
4.1. Modelos de Arbitragem em Outros Países	177
4.2. Por que o Brasil se destaca?.....	178
5. A Arbitragem como Mecanismo de Eficiência nos Contratos Públicos.....	180

5.1. Redução de Litígios e Otimização da Gestão Pública	180
5.2. Impactos Econômicos e Eficiência nos Contratos Públicos.....	181
6. O Papel de outras Ferramentas de Solução de Conflitos:	
<i>Dispute Boards</i> e Mediação	182
6.1. <i>Dispute Boards</i> : Definição e Funcionamento	182
6.2. Mediação em Contratos Públicos	183
6.3. Contribuição para a Eficiência Contratual.....	184
7. Conclusão	185

84. As Peculiaridades de Procedimentos Arbitrais Envolvendo a Administração Pública, 187

Eleonora Coelho

Louise Maia de Oliveira

1. Breves palavras sobre a homenageada	187
2. Evolução histórica do uso da arbitragem pela Administração Pública	187
3. Especificidades da arbitragem envolvendo a Administração Pública	192
3.1. A escolha pela arbitragem.....	192
3.2. A convenção arbitral	195
3.3. O procedimento arbitral	197
3.3.1. A publicidade dos procedimentos arbitrais envolvendo a Administração Pública.....	198
3.4. A sentença arbitral.....	201
4. Conclusão	202

85. A Evolução do Direito Administrativo Brasileiro e a Arbitragem, 205

Eugenia Cristina Cleto Marolla

Cláudia Polto da Cunha

1. Introdução	205
2. A evolução do direito administrativo brasileiro e os contratos concessionais	208
3. A contribuição dos organismos multilaterais	213
4. A alteração na Lei de Arbitragem e a Nova Lei de Licitações e Contratos.....	215
5. A LINDB e sua importância na alteração de paradigma na interpretação do Direito Administrativo	216
6. Conclusão	219

**86. Arbitragem e Administração Pública –
Uma Breve Comparação entre o Sistema
Brasileiro e o Sistema Francês, 221**

Ana Carolina Beneti

1. Introdução	221
2. Arbitrabilidade na Arbitragem com a Administração Pública – Comparação Legislativa	223
2.1. Brasil – Evolução legislativa e posição atual.....	223
2.2. França – Situação da arbitragem internacional	231
2.2.1. Características do sistema legal francês com impacto na arbitragem	231
2.2.2. A Arbitragem e a Administração Pública na França – algumas questões pertinentes.....	233
3. Conclusões.....	237

**87. Consensualidade e Administração Pública:
Como Identificar Possibilidades de Acordo em
Disputas e Incentivá-las?, 239**

Mariana Cattell Gomes Alves

Renata Grencievicius Silva

1. Conceito e Contornos Jurídicos da Consensualidade	239
2. Casos Concretos envolvendo Acordos celebrados com a Administração Pública	243
3. Lições aprendidas e Práticas Recomendáveis para o Incentivo da Consensualidade	252
4. Conclusões.....	254

**88. Contratos Administrativos e
Direito Administrativo Consensual, 255**

Paula Butti Cardoso

1. Introdução	255
2. Necessária desmistificação da existência de “poderes” da administração pública	255
3. Breves notas sobre a teoria dos contratos administrativos	256
4. As cláusulas regulamentares do contrato de concessão.....	258

5. As “cláusulas exorbitantes” do contrato de concessão	261
6. Cláusulas regulamentares e “exorbitantes” à luz do direito administrativo consensual.....	264
7. Conclusão	269

89. Tutela de Urgência na Arbitragem em Face da Administração Pública, 271

Mauricio Morais Tonin

1. Introdução	271
2. Tutela de urgência	272
3. Tutela de urgência na arbitragem	274
3.1. Árbitro de emergência	279
4. Tutela de urgência na arbitragem em face da Administração Pública.....	279
5. Análise de casos concretos	283
6. Vedações de concessão de tutela de urgência em face da Fazenda Pública e sua aplicação à arbitragem.....	287
7. É cabível a suspensão de liminar em face de decisão proferida em arbitragem contra a Fazenda Pública?	290
8. Conclusões.....	293

90. Questões Prejudiciais em Arbitragens com a Administração Pública, 295

Anderson Schreiber

1. Uma palavra sobre a homenageada	295
2. As questões prejudiciais no processo civil e na arbitragem.....	295
3. Prejudicialidade externa em arbitragens envolvendo a Administração Pública: sua ocorrência na prática e panorama normativo	298
4. Parâmetros para avaliação da prejudicialidade externa: uma análise dos casos Centrad, Paulínia e Copel.....	301
5. Considerações finais.....	304

91. A Arbitragem e a Administração Pública: Formas Alternativas de Adimplemento de Sentenças Arbitrais, 307

Maria Cristina Corrêa de Carvalho Junqueira

Amanda Arraes de Albuquerque Maranhão

1. Preâmbulo.....	307
2. Introdução	307
3. A Arbitragem e a Administração Pública: Autonomia Privada, Efetividade e o Regime de Precatórios	308
4. O Sistema de Precatórios e a Natureza Jurídica da Sentença Arbitral.....	311
5. Formas de Programação Orçamentária: Empenho e Precatório	314
6. O Consentimento enquanto Insumo para o Adimplemento de Sentenças Arbitrais em face da Administração Pública.....	315
7. Considerações Finais	323

92. Algumas Considerações sobre Pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Contratos com a Administração Pública, 325

Cristina M. Wagner Mastrobuono

1. Introdução	325
2. Desequilíbrio econômico-financeiro de contratos.....	326
2.1. Alguns aspectos que norteiam a questão do reequilíbrio.....	327
2.2. As técnicas de avaliação do desequilíbrio contratual nas concessões.....	330
2.3. Os instrumentos para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	331
3. Pleito de reequilíbrio: Administração pública e os limites do tribunal arbitral.....	333
4. O consensualismo	338
5. Conclusão	340

93. Arbitragem e Condenação Pecuniária da Fazenda Pública: Uma Disputa Envolvendo PPP de Saneamento, 343

Lauro Gama

Carolina Vasconcelos

Guilherme Fernandes Paixão

Thiago Martins Alves Guimarães

1. Introdução	343
2. A história recente da arbitragem com a Administração Pública	343
3. Análise de um caso concreto	346
3.1. Contexto da disputa	347
3.2. A divergência entre as partes quanto ao pagamento de indenização	348
3.3. Decisão do Tribunal	351
4. Conclusões	352

94. Arbitrabilidade Objetiva de Cláusulas Exorbitantes, 355

Rafael Francisco Alves

Vanessa Winkler

Thabata Silva Rodrigues

1. Introdução	356
2. Arbitrabilidade e Administração Pública	357
3. As particularidades das cláusulas exorbitantes	362
4. Arbitrabilidade objetiva em cláusulas exorbitantes	364
5. Análise de casos	369
5.1. Galvão vs. ANTT	369
5.2. Águas de Itu vs. Município de Itu	370
6. Conclusão	372

95. Arbitrabilidade Objetiva nas Arbitragens com a Administração Pública, 375

Felipe Moraes

1. A Importância da produção acadêmica da homenageada, Selma Lemes, para a evolução da compreensão do critério de arbitrabilidade objetiva no Direito brasileiro	375
2. Definição de arbitrabilidade objetiva no Direito brasileiro	376
3. Análise dos requisitos de arbitrabilidade objetiva	378
3.1. Caso Lage	382

4. Análise dos requisitos de arbitrabilidade objetiva em relação a possíveis pedidos formulados pelas partes.....	383
4.1. Decisões sobre regularidade ou impactos de atos administrativos na relação contratual	383
4.2. Decisões sobre multas ou sanções contratuais aplicáveis pela Administração	385
4.3. Decisões sobre atos administrativos externos ao Contrato, mas que possam causar repercussões contratuais	385
5. Considerações finais.....	386

96. Novas Perspectivas sobre a Arbitrabilidade Objetiva das Disputas Envolvendo a Administração Pública, 387

Sílvia Julio Bueno de Miranda

Alessandra Helene Fortes Lobo

1. Introdução	387
2. Interpretação de “direitos patrimoniais disponíveis” em casos envolvendo a Administração Pública.....	393
2.1. O critério da patrimonialidade.....	394
2.2. O critério da disponibilidade	395
3. Consensualidade como mecanismo de interpretação da arbitrabilidade objetiva no campo da Administração Pública.....	398
4. Conclusão	402

97. A Relevância do Brasil na Reforma do Sistema de Resolução de Disputas entre Investidor e Estado, 405

Laura Ghitti

1. Introdução	405
2. O papel de coadjuvante do Brasil nas discussões sobre ISDS	406
2.1. Anos 90: Rejeição do Brasil aos Tratados Bilaterais de Investimentos	406
2.2. Mudança de paradigma: Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.....	408
3. A participação do Brasil nas discussões atuais de reforma do ISDS ...	412
3.1. O Grupo de Trabalho III da UNCITRAL.....	413
3.2. Contribuição do Brasil ao Grupo de Trabalho III da UNCITRAL	419
4. Conclusão	422

PARTE IX
ARBITRAGEM E DIREITO INTERNACIONAL, 425

98. *Iura Novit Curia* na Arbitragem Internacional?, 427

Yves Derains

Ana Gerdau de Borja Mercereau

1. Introdução	427
2. Seria possível adotar uma derivação do adágio <i>iura novit curia</i> na arbitragem internacional?	429
3. O dever dos árbitros internacionais de investigar o conteúdo do direito aplicável.....	439
4. Conclusão	442

**99. Notas sobre o Uso do Direito
Comparado na Arbitragem Doméstica, 443**

Thiago Marinho Nunes

1. Uma palavra sobre a homenageada	443
2. Nota introdutória.....	443
3. O bom uso do direito comparado na arbitragem doméstica.....	445
4. O mau uso do direito comparado na arbitragem.....	450
5. Considerações finais.....	455

**100. A Proteção aos Investimentos
Estrangeiros no Brasil, 457**

Eduardo Grebler

1. Antecedentes da Proteção ao Investimento Estrangeiro no Plano Internacional	457
2. Principais Características dos Tratados Bilaterais de Investimento.....	458
3. A Convenção ICSID e a Proteção do Investimento Estrangeiro.....	460
4. As Falhas Apontadas no Funcionamento do ISDS	461
5. A Abordagem Brasileira do Mecanismo de ISDS	464
6. Os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos.....	466
7. Perspectivas para o Futuro do ISDS	469
8. Conclusões.....	484

101. Arbitragem e Promoção do Investimento Estrangeiro no Brasil: Perspectivas e Desafios, 487

Gisela Mation

Leandro Felix

1. Introdução	487
2. Crise na arbitragem de investimento?	492
3. A consolidação das arbitragens envolvendo a Administração Pública no Brasil.....	499
4. Os principais entraves e desafios ao modelo brasileiro de arbitragem envolvendo Administração Pública	504
5. Conclusão	517

102. A Interseção entre as Sanções Econômicas Aplicadas à Rússia e a Arbitragem Comercial Internacional, 519

Mariana França Gouveia

Betyna Jaques

1. Introdução	519
2. A natureza das sanções econômicas	521
3. As sanções e contrassanções econômicas envolvendo a Rússia.....	523
4. O impacto dos recentes desenvolvimentos legislativos sobre sanções econômicas envolvendo a Rússia na arbitragem comercial internacional.....	526
5. Os limites e desafios que os atores da arbitragem internacional enfrentam ao dirimir litígios afetados pelas sanções econômicas	528
6. Considerações finais.....	535

103. *A Little Help With my FRANDs*: A Arbitragem Internacional na Resolução de Disputas FRAND, 537

José Augusto Fontoura Costa

Jorge Enrique de Azevedo Tinoco

1. Introdução	537
2. A obrigação FRAND: natureza jurídica e teor do pacto.....	538
2.1. Quem impõe a obrigação FRAND?	539
2.2. Qual a natureza da obrigação FRAND?	542
2.3. Qual o objeto e o alcance subjetivo da obrigação FRAND?	544

3. A geografia do pacto: quais os desafios associados à implementação de licenciamento FRAND a nível global?	546
4. Que papel a arbitragem internacional pode cumprir?	548
5. Conclusão	552

104. UNCITRAL e as *Model Clauses on Specialised Express Dispute Resolution (SPEDR)*, 555

José Victor Palazzi Zakia

1. Introdução	555
2. Contextualização dos novos trabalhos da UNCITRAL	556
3. Observações gerais sobre as cláusulas modelo	558
4. <i>Model Clause on Higly Expedited Arbitration</i>	560
5. <i>Model Clause on Adjudication</i>	563
6. <i>Model Clause on Technical Advisors</i>	565
7. <i>Model Clause on Confidentiality</i>	566
8. A utilização dos novos modelos na realidade brasileira	567
9. Conclusão	569

105. Inteligência Artificial e Arbitragem Internacional: Considerações Jurídicas e Éticas, 571

Adriana Noemi Pucci

1. Introdução	571
2. Aplicações da Inteligência Artificial na Arbitragem Internacional	572
2.1. Pesquisa e Análise Preditiva	573
2.2. Produção de Submissões Escritas, Documentos e Tradução	574
2.3. Tomada de Decisões pelos Árbitros	575
3. Inteligência Artificial e Dever de Revelação	577
4. Tendências Regulatórias Quanto à Utilização da Inteligência Artificial na Arbitragem	580
4.1. Diretrizes do SVAMC sobre o Uso da Inteligência Artificial na Arbitragem	580
4.2. Princípios que Apoiam o Uso da IA na Resolução Alternativa de Disputas (AAA-ICDR)	583
5. Considerações Finais	585

PARTE X
ARBITRAGEM, PODER JUDICIÁRIO
E FRONTEIRAS, 587

106. Da Arbitragem ao Judiciário: A Autonomia da Vontade na Escolha do Direito Aplicável e os Princípios de 2015 da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, 589

Nadia de Araujo
Caio Gomes de Freitas

1. Introdução	589
2. Caracterização do princípio	591
3. Origens e fundamentos do princípio da autonomia da vontade: breves notas	594
4. A autonomia da vontade na LINDB e novas propostas de alteração	599
5. Conclusão	606

107. A Arbitragem como Manifestação da Segurança Jurídica e o Papel do Poder Judiciário como seu Guardião, 609

Eduardo Damião Gonçalves
Isabela Campos Vidigal Takahashi de Siqueira

1. A Arbitragem como “Pacto Ético de Confiança”	609
2. A Relação complementar entre Arbitragem e o Poder Judiciário	611
3. A Má-fé e o ataque à Arbitragem	614
4. Judiciário como Guardião da Segurança Jurídica	622

108. Da Judicialização da Sentença Arbitral, 625

Sidnei Beneti

1. Pode-se prescindir da arbitragem?	625
2. Sentença arbitral e sentença estatal	626
3. Judicialização e terceirização	629
4. O Superior Tribunal de Justiça e a preservação da arbitragem	630
5. A prevalência da normatividade arbitral	631
6. Conclusão	632

PARTE X
ARBITRAGEM, PODER JUDICIÁRIO
E FRONTEIRAS, 587

**106. Da Arbitragem ao Judiciário: A Autonomia da Vontade
na Escolha do Direito Aplicável e os Princípios de 2015 da
Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, 589**

Nadia de Araujo
Caio Gomes de Freitas

1. Introdução	589
2. Caracterização do princípio	591
3. Origens e fundamentos do princípio da autonomia da vontade: breves notas	594
4. A autonomia da vontade na LINDB e novas propostas de alteração	599
5. Conclusão	606

**107. A Arbitragem como Manifestação da
Segurança Jurídica e o Papel do Poder
Judiciário como seu Guardião, 609**

Eduardo Damião Gonçalves
Isabela Campos Vidigal Takahashi de Siqueira

1. A Arbitragem como “Pacto Ético de Confiança”	609
2. A Relação complementar entre Arbitragem e o Poder Judiciário	611
3. A Má-fé e o ataque à Arbitragem	614
4. Judiciário como Guardião da Segurança Jurídica	622

**108. Da Judicialização da
Sentença Arbitral, 625**

Sidnei Beneti

1. Pode-se prescindir da arbitragem?	625
2. Sentença arbitral e sentença estatal	626
3. Judicialização e terceirização	629
4. O Superior Tribunal de Justiça e a preservação da arbitragem	630
5. A prevalência da normatividade arbitral	631
6. Conclusão	632

**109. (In) Competência do STJ para
Julgar CC entre Tribunais Arbitrais, 633**

Ellen Gracie Northfleet

**110. Tutelas de Urgência,
Cooperação Judicial e Carta Arbitral, 641**

Joaquim de Paiva Muniz

1. Introdução	641
2. Tutelas de Urgência Antecedentes à formação do Tribunal Arbitral.....	641
2.1. Atos posteriores à concessão da tutela de urgência	644
2.2. O Árbitro de Emergência	645
3. Tutelas de Urgência no curso da arbitragem	647
4. Cooperação judicial e a Carta Arbitral.....	648
4.1. Recusa de cumprimento de Carta Arbitral	650
4.2. Carta Arbitral em arbitragens com sede no exterior	651
4.3. Confidencialidade da Carta Arbitral.....	656
5. Conclusão	657

**111. Medidas de Urgência Pré-Arbitrais:
Uma Nota sobre o Requisito da Irreversibilidade, 659**

Simone Barros

Pedro Otavio de C. B. Pacífico

1. Introdução	659
2. A Relevância do Tema no Cenário Brasileiro	659
3. As Medidas de Urgência na Lei de Arbitragem	663
4. Requisitos para as Medidas de Urgência.....	666
5. Problema da Caracterização da Irreversibilidade	669
6. A Etapa Posterior à Concessão da Medida de Urgência.....	676
7. Conclusão	677

**112. Os Limites da Atuação Judicial na Ação do
Artigo 7º da Lei de Arbitragem Brasileira, 679**

Paulo Macedo Garcia Neto

1. Introdução	679
2. O caso exemplo.....	682
3. Natureza da ação do artigo 7º da LARB e a doutrina da autonomia da convenção arbitral ou <i>separability</i>	683

4. A ação do artigo 7º da LARB somente pode ser admitida nas hipóteses em que a cláusula arbitral for inoperante ou inexecutável	684
5. A ação do artigo 7º da LARB somente pode ser admitida nas hipóteses em que houver resistência de pelo menos uma das partes quanto à instituição da arbitragem	688
6. O interesse de agir como condição da ação do artigo 7º da LARB.....	689
7. Competência-competência aplicado à ação do artigo 7º	691
8. A escolha pelas partes de uma instituição arbitral para administrar o procedimento arbitral tende a levar à inadmissibilidade da ação do artigo 7º da LARB – respostas para o Caso Exemplo	693
9. Conclusão	696

113. Execução de *Astreintes* Fixadas pelos Árbitros: Análise Sob a Ótica da Efetividade das Decisões Arbitrais, 697

André Chateaubriand Martins

Carolina Veiga Deluiz

1. Introdução	697
2. Poderes dos Árbitros no Exercício de sua Função Jurisdicional	698
3. Aplicação de <i>Astreintes</i> pelo Árbitro: Uma forma de desestimular o descumprimento de Decisões Arbitrais	699
4. Cumprimento Voluntário: Verdade ou Mito?	703
5. Cooperação entre Jurisdição Arbitral e Estatal	704
6. A Carta Arbitral	704
7. Execução de <i>Astreintes</i> fixadas pelos Árbitros	708
7.1. Possibilidade de Cumprimento Provisório da Decisão que aplica <i>Astreintes</i>	709
7.2. Cumprimento da Sentença Arbitral que aplica <i>Astreintes</i>	712
8. Conclusão	715

Plano Geral da Obra, 717